



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV

Nº 1.0000.23.273941-7/001

AGRAVANTE(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

AGRAVADO(A)(S)

11ª CÂMARA CÍVEL

BELO HORIZONTE

INSTITUTO DEFESA COLETIVA

REPRESENTADO(A)(S) POR ELEN

PRATES DE SOUZA, DIRETORA

EXECUTIVA.

BRDESCO SA

BANCO DO BRASIL S/A

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

ITAU UNIBANCO S.A.

NU PAGAMENTOS S.A.

123 VIAGENS E TURISMO LTDA.

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por INSTITUTO DEFESA COLETIVA representado(a)(s) por ELEN PRATES DE SOUZA, DIRETORA EXECUTIVA, contra a decisão de ordem n. 38 proferida pelo MM. Juiz de Direito Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro da 15ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte que, nos autos da “ação coletiva de consumo” ajuizada em desfavor de 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. E OUTROS, assim decidiu:

[...] Trata-se de ação coletiva proposta pelo INSTITUTO DE DEFESA COLETIVA em face de várias instituições financeiras e a 123 VIAGENS E TURISMOS LTDA, via da qual o autor requer, liminarmente:

A) A suspensão da cobrança por meio de cartão de crédito das parcelas remanescentes devidas à 123 milhas, que foram devidamente contestadas, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura, nos termos do art. 54 – G do CDC, sob pena de devolução em dobro e direta aos consumidores, sem prejuízo de arbitramento de multa por descumprimento, não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais) a cada consumidor lesado, sem prejuízo ainda do disposto no artigo 84, §5º do Código de Defesa do Consumidor, e a aplicação de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, previsto no artigo 77, §§ 1º e 2º do CPC/2015;

B) O reembolso dos consumidores prejudicados em relação as transações comerciais realizadas com a



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

empresa 123 Milhas, desde que tais transações tenham sido previamente contestadas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em relação à data de vencimento da fatura, nos termos do art. 54 – G do CDC, provenientes de operações com cartão de crédito, devidamente corrigidos e com aplicação de juros de mora, sob pena multa diária, em valor não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada consumidor, sem prejuízo do disposto no artigo 84, §5º do Código de Defesa do Consumidor.

Inicialmente, é importante ressaltar que a empresa 123 Viagens e Turismo Ltda se encontra em processo de recuperação judicial e a suspensão generalizada dos pagamentos pelas instituições financeiras a essa empresa interfere diretamente na recuperação judicial dessa empresa.

Em segundo lugar, a suspensão das cobranças em questão deve ser analisada individualmente, já que há casos em que os consumidores já receberam o produto ou serviço adquirido da empresa, mas ainda estão pagando por ele de forma parcelada através do cartão de crédito, o que afasta a aplicação do disposto no art. 54-G do Código de Defesa do Consumidor.

Finalmente, a possibilidade dos consumidores contestarem suas respectivas compras realizadas por meio de cartão de crédito e a determinação para que as operadoras analisem referida contestação, inclusive suspendendo a exigibilidade das parcelas vincendas já foi determinada pelo eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais em decisão proferida no Agravo de Instrumento n.º: 1.0000.23.263003-8/000, pelo Exmo. Desembargador Alexandre Victor de Carvalho, vejamos:

À luz do exposto, DEFIRO, em parte, o pedido urgente, para: i) sustar a ordem de entrega direta às recuperandas dos valores oriundos de chargebacks não processados pelas operadoras de meios de pagamento; ii) permitir que os consumidores contestem suas respectivas compras realizadas por meio de cartão de crédito; iii) determinar que as operadoras analisem referida contestação, inclusive suspendendo a exigibilidade das parcelas vincendas; iv) ordenar que os valores relativos aos cashbacks analisados em favor dos consumidores sejam provisoriamente depositados e mantidos em conta judicial (diferente daquelas determinadas nos agravos de instrumento n.ºs 1.0000.23.262838-8/000 e 1.0000.23.260254-0/000) até que sobrevenha decisão



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

em sentido contrário; v) determinar que valores eventualmente bloqueados também sejam depositados e mantidos na citada conta judicial.

Ante o exposto, INDEFIRO os pedidos liminares e, antes de determinar a citação dos réus, atento ao disposto no art. 10 do CPC, determino a intimação do autor para tomar conhecimento desta decisão e também para justificar o interesse no prosseguimento desta ação, já que há uma ação civil pública em tramitação perante este juízo, sob o número 5193820-81.2023.8.13.0024, proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a ré 123 VIAGENS E TURISMOS LTDA, cujo pedido aparentemente abrange o pedido desta ação (Tema 1.075 da Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal).

Em suas razões recursais, alega o agravante, em suma, que “não se pretende a suspensão irrestrita e indiscriminada dos pagamentos, mas sim em relação àqueles consumidores que não tiveram e nem terão a prestação do serviço contratada com a empresa 123 milhas, os quais requerem às administradoras a suspensão dos pagamentos no prazo de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura, justamente pela não prestação de serviço e indícios concretos de fraudes, conforme CPI das Pirâmides Financeiras, nos exatos termos dos incisos I e III do art. 54 G”.

Explica que “se as instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito lucraram com as operações de pagamento de cartão de crédito das compras da 123 milhas, no âmbito dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sendo que se alguém deve sofrer prejuízos em decorrência da não prestação de serviço pela 123 milhas, tal ônus deve ser imposto às instituições financeiras ou à empresa que causou o dano, não podendo o consumidor ser penalizado por tal falha e ser impedido de exercer o seu direito nos termos do art. 54-G do CDC”.

Enfatiza que “não há que se falar em interferência no processo de recuperação judicial, uma vez que em momento algum foi realizado pedido de suspensão do repasse dos valores por parte das instituições



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

financeiras à empresa 123 milhas, mas sim a proteção dos direitos dos consumidores, na forma expressa da legislação”.

Ressalta que a decisão proferida nos autos do agravo de instrumento n. 1.0000.23.263003-8/000 tem viés empresarial, que é uma das esferas exclusivas da 21ª Câmara Cível deste Eg. TJMG, e não visa tutelar os consumidores, em “estrita observância do Código de Defesa do Consumidor, especialmente do artigo 54-G, bem como a restituição daqueles direitos que já foram lesados, seja pela restituição em dobro dos valores indevidamente cobrados, ou pelos danos morais coletivos”.

Requer, assim, a concessão da antecipação da tutela recursal, a fim de que seja suspensa “cobrança das parcelas remanescentes devidas à 123 milhas, que foram devidamente contestadas, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura, nos termos do art. 54 – G do CDC, sob pena de devolução em dobro e direta aos consumidores”; bem como “reembolsar os consumidores prejudicados em relação as transações comerciais realizadas com a empresa 123 Milhas, desde que tais transações tenham sido previamente contestadas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em relação à data de vencimento da fatura”.

Ao final, pugna pelo provimento do presente agravo de instrumento, a fim de que sejam confirmados os efeitos da tutela recursal antecipada.

Ausente o preparo recursal, em razão do disposto no art. 87 do CDC.

É o relatório.

Presentes os requisitos legais do art. 1.015 a 1.017 do Código de Processo Civil, recebo o presente agravo de instrumento.

Analisando detidamente os autos, denota-se que o INSTITUTO DEFESA COLETIVA representado(a)(s) por ELEN PRATES DE



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

SOUZA, DIRETORA EXECUTIVA, ajuizou a demanda de origem, alegando que, em 18 de agosto de 2023, a agência de viagens online 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. surpreendeu seus clientes com a notícia de suspensão de pacotes e a emissão de passagens de sua linha promocional (com datas flexíveis) com embarques previstos no período de setembro a dezembro de 2023. Diante disso, formulou pedido de concessão de tutela de urgência, visando à suspensão da cobrança por meio de cartão de crédito das parcelas remanescentes devidas à 123 milhas, devidamente contestadas, bem como o reembolso dos consumidores prejudicados em relação as transações comerciais realizadas com a empresa 123 Milhas, desde que tais transações tenham sido previamente contestadas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em relação à data de vencimento da fatura.

Em consulta ao site oficial desta Egrégia Corte, constatei que foi distribuído, anteriormente, à 17ª Câmara Cível, os agravos de instrumento n. 1.0000.23.208084-6/001, 1.0000.23.240318-8/001 e 1.0000.23.271821-3/001, interpostos em ações individuais ajuizadas contra a empresa 123 VIAGENS E TURISMO LTDA..

Extrai-se do sistema PJe deste TJMG que as referidas demandas também são embasadas na notícia veiculada em 18/08/2023 pela requerida, de suspensão de pacotes e a emissão de passagens de sua linha promocional (com datas flexíveis) com embarques previstos no período de setembro a dezembro de 2023.

Nesse contexto, evidenciado que as demandas dizem respeito ao mesmo fato, resta notória a prevenção da 17ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça para conhecer e julgar o presente recurso, nos termos do que dispõe o art. 79, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, com nova redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 25 de abril de 2016:

“Art. 79. **O órgão julgador que primeiro receber a distribuição** de “habeas corpus”, mandado de segurança, recurso e de qualquer outra causa, ainda



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

que não apreciado o mérito, ou de qualquer incidente, **terá competência preventa para os feitos originários conexos e para todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, incidente,** oriunda de outro, conexa ou continente, **derivada do mesmo ato, fato, contrato, ou relação jurídica,** e nos processos de execução dos respectivos julgados.” (grifo nosso).

Recentemente, em situação análoga, este egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS já teve oportunidade de decidir, em acórdão de Relatoria do Eminentíssimo Primeiro Vice-Presidente, Desembargador Alberto Vilas Boas:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÕES DERIVADAS DO MESMO FATO. CONDIÇÕES DAS BARRAGENS DO COMPLEXO DE FORQUILHA NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO. PREVENÇÃO DO DESEMBARGADOR QUE PRIMEIRO RECEBEU UM RECURSO COM ESSA CAUSA DE PEDIR. SITUAÇÃO ATÍPICA DE PECULIARIDADE E COMPLEXIDADE. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

- A prevenção no Tribunal não se limita às hipóteses de conexão/continência entre ações reconhecidas no primeiro grau de jurisdição, ocorrendo também nos casos em que as demandas de origem derivam do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, inteligência do art. 79 do RITJ.

- A 2ª Seção Cível, em julgados ocorridos em 2023, fixou a prevenção da Des.ª Maria Lúcia Cabral Caruso, na condição de sucessora do Des. Saldanha da Fonseca, para a relatoria de todos os recursos (antigos e novos) oriundos de ações de natureza individual cuja causa de pedir é o rompimento da barragem do Fundão no Município de Mariana por tratar-se de danos originados de um fato único, diante da extrema peculiaridade e complexidade dos danos causados pelo rompimento da referida barragem a fim de prestigiar o princípio da segurança jurídica, por tratar-se de tutela de interesses individuais ou **individuais homogêneos oriundos de um único evento.**

- **De acordo com a jurisprudência do STJ, as ações oriundas dos danos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão no Município de Mariana são típicas do microsistema das ações coletivas, razão pela qual a regra específica**



Nº 1.0000.23.273941-7/001

da prevenção em casos de microssistemas do processo coletivo deve prevalecer, ainda que por aplicação analógica.

- O desembargador que primeiro recebeu um recurso oriundo de ação individual cuja causa de pedir são as condições das barragens do complexo de Forquilha em Ouro Preto é prevento para julgar os demais recursos cujos processos individuais na origem também têm essa causa de pedir, por se tratar de tutela de interesses individuais ou individuais homogêneos oriundos de um único fato gerador. (TJMG - Conflito de Competência 1.0000.22.237264-1/002, Relator(a): Des.(a) Alberto Vilas Boas, 2ª Seção Cível, julgamento em 01/09/2023, publicação da súmula em 05/09/2023)

Nada obstante, **a despeito de reconhecer a noticiada prevenção, passo à análise da medida urgente requerida nas razões recursais, a fim de resguardar direito coletivo de consumidor.**

Pois bem.

Como cediço, em regra, o recurso de agravo de instrumento não tem efeito suspensivo. Contudo, a luz do que dispõe o art.1.019, I, do CPC, poderá o relator, a pedido do agravante, além de atribuir efeito suspensivo ao recurso (art.995, parágrafo único, do CPC), deferir antecipadamente a pretensão recursal desde que entenda estarem presentes os mesmos requisitos da tutela de urgência, ou seja, a demonstração da existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, somado ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art.300 do CPC) advindo da decisão negativa agravada.

Verifica-se que o rigor na análise dos requisitos para a obtenção da tutela antecipada recursal deve ser mais profundo do que os requisitos para a simples atribuição do efeito suspensivo ao recurso, porquanto o relator estará antecipando liminarmente o provimento que foi negado ao agravante e que pretende ver obtido pelo julgamento do órgão colegiado *ad quem*.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

Assim, objetivando antecipar o provimento recursal de forma monocrática pelo relator, compete ao agravante à comprovação dos requisitos legais do art.300 do CPC no recurso, de forma a convencê-lo da extrema necessidade da antecipação do provimento diante do risco da demora na espera do julgamento pela colenda turma colegiada.

A este respeito, valiosas as lições doutrinárias:

1.1. O relator poderá, se tiver sido requerido pela parte, conferir efeito suspensivo ao agravo – suspendendo a eficácia da decisão concessiva de alguma providência, que se tenha recorrido – ou antecipar a tutela recursal – se a decisão recorrida tiver negado a providência requerida. 1.2. Ao juiz deve ser comunicada a decisão do relator. 1.3 Anote-se, aqui, que se está diante de um tipo de efeito suspensivo diferente do que ocorre na apelação. Neste caso a decisão já estará produzindo efeitos, que serão suspensos por decisão do relator: deixarão de ocorrer. (*in* Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo/ Coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] – 2 ed. rev. atual e ampl. – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2016, p. 1623)

Na espécie, cuida-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado na inicial, visando à: i) suspensão da cobrança por meio de cartão de crédito das parcelas remanescentes devidas à 123 milhas, que foram devidamente contestadas, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura; ii) ao reembolso dos consumidores prejudicados em relação as transações comerciais realizadas com a empresa 123 Milhas, desde que tais transações tenham sido previamente contestadas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em relação à data de vencimento da fatura, nos termos do art. 54 – G do CDC.

Analisando os autos, a título de cognição sumária, entendo que, quanto à primeira parte do pedido de antecipação da tutela de urgência, mostra-se presente a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

Isso porque, conforme alhures explicitado, em notícia veiculada em 18/08/2023, a empresa agravada 123 VIAGENS E TURISMO LTDA. noticiou a suspensão de pacotes e a emissão de passagens de sua linha promocional (com datas flexíveis) com embarques previstos no período de setembro a dezembro de 2023, prejudicando inúmeros consumidores que não obtiveram a prestação do serviço adquirido.

Por sua vez, a recente regulamentação estabelecida o artigo 54-G, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que, nos cenários de parcelamento e cobrança por meio de cartão de crédito, em situações envolvendo eventos futuros e incertos, é vedado às instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito realizar ou proceder ao débito em conta de qualquer quantia que houver sido contestada pelo consumidor, **enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia.**

Confira-se:

Art. 54-G. Sem prejuízo do disposto no art. 39 deste Código e na legislação aplicável à matéria, é vedado ao fornecedor de produto ou serviço que envolva crédito, entre outras condutas:

I - realizar ou proceder à cobrança ou ao débito em conta de qualquer quantia que houver sido contestada pelo consumidor em compra realizada com cartão de crédito ou similar, enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia, desde que o consumidor haja notificado a administradora do cartão com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura, vedada a manutenção do valor na fatura seguinte e assegurado ao consumidor o direito de deduzir do total da fatura o valor em disputa e efetuar o pagamento da parte não contestada, podendo o emissor lançar como crédito em confiança o valor idêntico ao da transação contestada que tenha sido cobrada, enquanto não encerrada a apuração da contestação;

Nesse contexto, a meu ver, considerando a ausência de solução da notória controvérsia acerca da recusa, pela empresa 123 VIAGENS E TURISMO LTDA., de cumprir sua obrigação contratual perante os



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

consumidores, é imperativa a aplicação da redação do dispositivo legal supracitado, a fim de que sejam suspensas as cobranças por meio de cartão de crédito das parcelas remanescentes relativas à aquisição dos produtos não entregues aos clientes, que foram devidamente contestadas, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura.

Ademais, a meu ver, é evidente que a espera pelo julgamento do recurso poderá causar perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, haja vista que imputaria aos inúmeros consumidores lesionados o risco concreto de efetuar pagamentos por um serviço que foi noticiado que não será devidamente prestado.

Por outro lado, o deferimento da antecipação de tutela, para determinar o imediato reembolso dos consumidores prejudicados em relação às transações comerciais realizadas com a empresa 123 Milhas, frente à especial complexidade do presente caso, é medida demasiadamente abrupta e não tem a urgência necessária para a decisão monocrática, em detrimento do colegiado, sendo necessário, por derradeiro, análise profunda e criteriosa da questão.

Portanto, neste ponto, necessário se mostra o resguardo do resultado do julgamento do recurso por esta colenda Câmara.

Desta feita, presentes os requisitos legais do art.1.019, I, c/c art.300, todos do Código de Processo Civil, **defiro, parcialmente, o pedido de antecipação da tutela da pretensão recursal** para determinar a suspensão da cobrança por meio de cartão de crédito das parcelas remanescentes devidas à 123 milhas, que foram devidamente contestadas pelos consumidores com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias contados da data de vencimento da fatura, restritos àqueles que não obtiveram a prestação de serviço, nos termos do art. 54 – G do CDC, sob pena de multa de R\$2.000,00 por cada desrespeito da ordem judicial, limitada a R\$20.000,00, por consumidor.

Ao Cartório para que providencie as seguintes diligências:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.23.273941-7/001

1) Oficie o Juízo COM URGÊNCIA a quo comunicando sobre esta decisão;

2) Remetam-se os autos ao setor de distribuição deste egrégio Tribunal de Justiça para que sejam redistribuídos, na forma regimental, à 17ª Câmara Cível.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2023.

DESA. SHIRLEY FENZI BERTÃO
Relatora